

## TERMO DE REFERÊNCIA

REQUISIÇÃO DE SERVIÇO Nº 174/2024.

### 1. DO OBJETO

Constitui objeto do presente o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A AQUISIÇÃO DE ARTIGOS FUNERÁRIOS, SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CORPOS, VELÓRIO E TRANSPORTE FUNERÁRIO PARA ATENDER AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº4.632/2023 E RESOLUÇÃO CMASA Nº 048 DE 07/12/2023** por um período de 12 (doze) meses, nos termos art. 79, inciso I, da Lei Federal nº14.133/2021.

### 2. DA JUSTIFICATIVA

A Política de Assistência Social no município de Aracruz é gerida pela Secretaria de Assistência Social, sendo desenvolvida mediante serviços continuados, benefícios, programas e projetos, por meio da execução direta e parcerias com organizações de assistência social. Dentre esses benefícios pode-se destacar o Benefício Eventual, previsto na Lei Municipal de nº 4.632/2023.

O mencionado benefício é uma modalidade de provisão de proteção social básica, de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos humanos e sociais, cujo objetivo é garantir o acesso aos direitos não contributivos de auxílios às famílias em situação de vulnerabilidade temporária provocada por riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar. O auxílio é concedido em função de morte de membro da família, inclusive idosos, incapazes e crianças, sendo oferecido em forma de prestação de serviços funerários com todos os custos e despesas pagas, incluindo taxas, impostos, seguros, licenças e outros relacionados ao serviço, conforme consta no §2º, do artigo 5º da Lei de Benefícios Eventuais nº. 4.632/2023, a saber:

Art. 5º O auxílio funeral será concedido em função de morte de membro da família cuja renda *per capita* mensal seja igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo vigente no País, considerando para este cálculo todos os membros da família, inclusive idosos, incapazes, crianças de qualquer idade, madrasta ou padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

§ 1º O auxílio funeral poderá ser concedido em forma de pecúnia no valor correspondente a 1 (um) salário mínimo vigente no País na data do óbito ou em forma de prestação de serviço.

§ 2º O auxílio funeral compreende a aquisição de urna, traslado de corpo e demais serviços necessários ao funeral e sepultamento.

E ainda conforme regulamentação através da Resolução CMASA nº 048/2023



Art. 10. O auxílio na forma de bens de consumo e serviços consiste no fornecimento de urna, traslado de corpo e demais serviços necessários ao funeral e sepultamento, conforme estabelecido no Artigo 5º § 2º da Lei Municipal 4.632/2023, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

Art. 11. (...)

§ 1º. Para a concessão do auxílio funeral o município poderá firmar convênios ou parcerias com instituições financeiras e correspondentes bancários, ou ainda proceder Chamamento Público a fim de habilitar estabelecimentos que prestam serviços funerários, garantindo que a família tenha autonomia de escolher o estabelecimento que melhor atender suas necessidades.

Portanto, se faz necessária a contratação para realização do atendimento aos beneficiários considerando a necessidade de respeito à dignidade humana, sobretudo, em um momento de dor e luto, sendo de extrema importância, pois visa atender várias famílias carentes, que não possuem condições financeiras para realizar o funeral dos seus familiares com as condições mínimas possíveis.

### **3. DA JUSTIFICATIVA DE ADOÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

Será adotada a Lei Federal no 14.133/2021, notadamente os arts. 74, IV combinado com o art. 79, II, todos da mencionada Lei.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:[...];

IV- Objetos que devem ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:

I - Credenciamento;

[...];

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

Assim, com arrimo no artigo citado acima amparado está o credenciamento, pois os serviços servirão para o atendimento das demandas imprevisíveis, cujo quantitativo não é possível definir, visto que servirá para atender demanda inesperada, súbita e involuntária como o evento morte.

O credenciamento trata-se, basicamente, de ferramentas à disposição da Administração para reduzir a complexidade e aumentar a celeridade e a eficiência do processo de contratação, e permite à Administração a seleção de todos os particulares que preencham os requisitos necessários para o fornecimento de determinado bem ou serviço, de forma a facilitar futuras contratações

Considerando o que consta da Resolução CMASA nº 048/2023, que estabelece o Chamamento Público para habilitação dos prestadores de serviços fúnebres, bem como por garantir que a família



tenha autonomia de escolher o estabelecimento que melhor atender suas necessidades, mostra-se plenamente cabível a utilização desta modalidade, com base no art. 79, II da Lei 14.133.

Segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial, o credenciamento pode ser utilizado em várias pretensões contratuais, notadamente nas prestações de serviço em que, para o atendimento do interesse público, é mais vantajosa a contratação simultânea de vários particulares ao invés da seleção excludente de um ou poucos vencedores de um certame, como a que se aplica ao presente caso.

O Tribunal de Contas da União reiterou que o credenciamento é hipótese de inviabilidade de competição, sendo adotado quando a Administração tem por objetivo dispor da maior rede possível de prestadores de serviços. Segundo o TCU (Acórdão 3567/2014-Plenário), nesta situação, “a inviabilidade de competição não decorre da ausência de possibilidade de competição, mas sim da ausência de interesse da Administração em restringir o número de contratados” .

O Tribunal de Conta do Estado de Minas Gerais já se manifestou positivamente quanto a adoção de credenciamento para o objeto destes autos, senão vejamos:

EDITAL DE LICITAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL. CREDENCIAMENTO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS. ALVARÁ DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. REGULARIDADE DO CERTAME. RECOMENDAÇÃO. 1. A AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA POSSUI ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA SEREM OBSERVADAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NA FISCALIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS 2. A AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, POR SI SÓ, NÃO É SUFICIENTE PARA COMPROMETER A LISURA DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO REALIZADO PELO MUNICÍPIO. (TCE-MG - EDITAL DE LICITAÇÃO: 887989, Relator: CONS. MAURI TORRES, Data de Julgamento: 08/11/2016, Data de Publicação: 24/07/2017)

Em atendimento a orientação do Tribunal de Contas da União, o credenciamento manter-se-á aberto, enquanto a Administração mantiver interesse na contratação do serviço.

No tocante à vantajosidade econômica, é oportuno destacar que os preços apresentados na pesquisa mercadológica, bem como os praticados pelos estabelecimentos que prestaram cotação de preços, são bem próximos, havendo pouca variação dos valores, inclusive das Atas de Registro de Preços realizadas por outros municípios como pode ser observado na ampliação mercadológica.

Ademais, estabelece-se, os termos da Lei Municipal n.º4.632/2023, que o valor pago ao prestador de serviço credenciado se limitará a 01 (um) salário mínimo.

## **5. DA UNIFICAÇÃO DOS OBJETOS**

O credenciamento se dará a partir da unificação dos objetos em razão da necessidade de agrupamento dos itens em um único lote, pois neste caso, é a melhor opção para contratação dos serviços. Em razão da possibilidade de haver prejuízo para o conjunto dos serviços, visto que estes guardarem total correlação em seu processo produtivo, para a Secretaria de Assistência Social, traz vantagem unir todos os itens imprescindíveis para a perfeita execução dos serviços fúnebres,



sopesando as inegáveis vantagens operacionais advindas desse agrupamento em cotejo com a competitividade necessária ao certame.

A real necessidade da junção dos serviços em um único lote para a SEMAS é pela conveniência que o mesmo fornecedor que prestar os serviços fúnebres com fornecimento de urna funerária seja o mesmo que faça o serviço de traslado para realização do funeral e enterro, o que diminuirá o prazo de execução, com maior rapidez, eficiência aos beneficiários que necessitam dos serviços, sem causar-lhes nenhum transtorno em um momento tão delicado.

Assim, sendo os serviços distribuídos separadamente torna-se inviável a execução, uma vez que não há como ter um fornecimento de urnas/ornamentação e traslado com fornecedores distintos, vez que são complementares entre si, de modo que, a perspectiva de administrar inúmeros contratos, diga-se por um corpo reduzido de servidores, ao certo não atenderia as necessidades administrativas desta Secretaria, isto porque, no momento em que se atende o beneficiário não se faz possível saber o tamanho da urna a ser utilizada, porque essas guardam muita proximidade em suas dimensões, sendo que, no caso concreto, as consequências da multiplicação de contratos que poderiam estar resumidos em um só, ao certo, haverá um prejuízo ao conjunto dos serviços a serem executados no que se refere a aplicação da eficiência e da celeridade àqueles que da assistência precisa.

## **5. DESCRIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1 O objeto do certame é o credenciamento de empresa para serviços fúnebres com fornecimento de traslado, urna funerária, higienização e conservação, sendo essa a obrigação principal contratada pela Secretaria de Assistência Social, enquadrando-se na classificação de serviço comum, visto que não há nenhuma peculiaridade na composição destes serviços, que os possam diferenciar daqueles usualmente contratados no mercado, conforme descrição contida no ANEXO I deste Termo.

## **6. DOS PRAZOS, DA FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1 Os fornecimentos efetuados pelos credenciados serão pagos de acordo com os valores e características constantes no Anexo I (Planilha Descritiva), os valores constantes na referida planilha foram obtidos através de pesquisa de preços e ampliação mercadológica, cuja aceitação deverá ser expressa pelo credenciado por meio de Declaração própria;

6.2. Nos termos da Lei Municipal n.º 4.632/2023, o valor pago ao prestador de serviço credenciado se limitará a 01 (um) salário mínimo.

6.2 A contratação deverá obedecer rigorosamente as características mínimas constantes no item 05 deste Termo de Referência.

6.3 A Contratada deverá disponibilizar plantão de atendimento durante 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana.



6.4 Após a emissão da Ordem de Serviços a contratada deverá iniciar os serviços de forma imediata num prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação do Setor requisitante.

6.5 A empresa credenciada deverá ter um ponto de atendimento para a realização dos serviços na Sede do Município de Aracruz, sendo que o espaço físico a ser utilizado deverá obedecer às normas legais e estar devidamente equipado para os procedimentos de ornamentação, higienização e conservação dos corpos.

6.6 O traslado dos restos mortais humanos somente será feito dentro do Estado do Espírito Santo.

6.7 A credenciada deverá levar o corpo para o velório em local indicado pela família no Município de Aracruz.

6.8 Exceto na sede do município, em razão da existência de Capela Mortuária, verificando a necessidade da família e havendo extremada precisão, a empresa deixará os suportes (apoio de urnas) no local do velório (interior e distritos de Aracruz).

6.8.1 Fornecidos os suportes (apoio de urnas), a empresa deverá retornar ao local para recolher os materiais.

6.9 Para cada serviço de traslado, a empresa deverá utilizar formulário elaborado e fornecido pela SEMAS, onde deverá anotar o percurso percorrido com data, local de atendimento e o total de quilometragem utilizado naquele serviço, constando assinatura do responsável pelas informações.

6.9.1 O Serviço de traslado poderá atender ao envio do corpo ao SVO, quando necessário; a busca do corpo no SVO, IML ou hospitais dentro do Estado do Espírito Santo, desde que já esteja liberado para velório pelo setor competente e para realização do funeral e sepultamento no município de Aracruz.

6.9.2 NÃO se aplica o serviço de traslado para outros Estados.

6.9.3 O traslado limitar-se-á a um total de 220km por funeral, correspondente ao total de traslados: ida e volta ao SVO, ou busca do SVO, IML ou hospitais, velório e sepultamento

6.10 A higienização refere-se somente a limpeza dos corpos, sendo um processo de limpeza superficial para apresentação do corpo no velório, que retira as impurezas existentes e melhora a salubridade.

6.11 Inclui nos serviços funerários a aplicação de fluido para a conservação do corpo.

6.11.1 A utilização do fluido será realizada, quando houver necessidade, naqueles auxílios concedidos através da prestação de serviços fúnebres realizada pela contratada, a fim de evitar que não ocorra o contágio de doenças, inexistência de odores, não derramamento de líquidos, reduzindo inchaços, facilitando o traslado em caso de viagem do corpo. Preservando a conservação da cor natural e a aparência, garantindo assim alongar o período de velório por até 24 horas após o falecimento e a não contaminação do solo.

6.11.2 A aplicação de fluido para a conservação do corpo deve ser justificado, através de uma declaração da própria funerária que será anexada a Nota Fiscal.



6.12 A qualidade dos produtos é de inteira responsabilidade do credenciado.

## **7. DA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA**

7.1 Os serviços objeto deste credenciamento servirão para o atendimento das demandas imprevisíveis, cujo quantitativo não é possível definir, por tratar-se de demanda inesperada, súbita e involuntária como o evento morte.

7.2. Para a distribuição da demanda, será respeitada a autonomia da família atendida, dando à esta o direito de escolher dentre as credenciadas, qual melhor atenda suas demandas, em conformidade com o art. 11, § 1º da Resolução CMASA nº 048/2023:

§ 1º. Para a concessão do auxílio funeral o município poderá firmar convênios ou parcerias com instituições financeiras e correspondentes bancários, ou ainda proceder Chamamento Público a fim de habilitar estabelecimentos que prestam serviços funerários, garantindo que a família tenha autonomia de escolher o estabelecimento que melhor atender suas necessidades.

7.2.1. Para atender ao disposto no item 7.2, no momento da concessão do auxílio funeral, será disponibilizado à família a lista das empresas credenciadas, organizada em ordem alfabética, contendo nome, endereço e telefone.

## **8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.1 Comprovação de que a empresa fornece ou forneceu, sem restrições, serviço similar ao objeto do presente termo de referência.

8.1.1 A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por Órgão da Administração Pública ou Entidade Privada, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador.

8.2 A apresentação de atestado de capacidade técnica faz-se necessário para comprovar se a empresa já prestou o serviço fúnebres com fornecimento de translado, urna funerária, higienização e conservação, estando, portanto, capacitado a fazê-lo novamente, ou seja, comprova-se que já obteve experiência e capacidade para realização do serviço.

## **9. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

9.1 O Prazo de vigência do pretendo credenciamento e do futuro Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de suas publicações nos meios oficiais.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 Rejeitar todo e qualquer produto/serviço que não atendam aos requisitos constantes nas especificações na planilha descritiva.





10.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

10.3 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.4 Responsabilizar-se pela lavratura da respectiva Ata, com base nas disposições legais vigentes.

10.5 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.

10.6 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

10.7 A presença da fiscalização da Secretaria não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 A Contratada assumirá total responsabilidade por danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, isentando-o de todas as reclamações que possam surgir, sejam elas resultados de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregadas ou ajustadas na contratação dos serviços.

11.2 Utilizar-se de pessoal capacitado para todos os serviços ante o Contratante.

11.3 Ter espaço físico específico e devidamente equipado dentro do município de Aracruz, para os procedimentos dos objetos deste Termo de Referência.

11.4 Realizar os serviços contratados sempre em regime de atendimento às solicitações da Secretaria Municipal de Assistência Social.

11.5 Atender com prontidão às requisições e especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA, a partir da solicitação por meio de Ordem de Serviços do Setor solicitante.

11.6 Arcar com todas as despesas referentes à mão-de-obra, transportes, equipamentos auxiliares, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, estacionamento em locais de eventos, pedágios, contribuições para a Previdência Social e demais despesas diretas ou indiretas inerentes aos serviços e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato, inclusive quanto à criação de novos encargos, ficando a Contratante excluído de qualquer solidariedade e responsabilidade civil, penal, fiscal ou tributária;

11.7 Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão na execução da futura ata de registro de preços.



11.8 Apresentar à Contratante sempre que solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas no contrato, destacando-se os referentes aos encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, e as obrigações tributárias, fiscais e comerciais;

11.9 Executar os serviços contratados dentro os requisitos de QUALIDADE.

11.10 Prestar os serviços, fornecer os produtos ou efetuar a troca quando estiverem fora das especificações ou impróprios para a utilização, sem custos adicionais para a SEMAS, arcando com todas as despesas inerentes ao transporte, no prazo de 02 (duas) horas úteis, a contar da data da efetiva notificação.

11.11 Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 125 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da CONTRATADA intentar reclamações trabalhistas contra a Contratante.

11.12 Utilizar para os serviços de traslado o formulário elaborado e fornecido pela SEMAS, onde deverá anotar o percurso percorrido com data, local de atendimento e o total de quilometragem utilizado naquele serviço.

11.13 Substituir, prontamente, o veículo e/ou motorista considerado(s) sem condições de atender o objeto do contrato, quando requerido pela Contratante.

11.14 Comunicar à Administração da Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

11.15 Na ocorrência do transporte colocado à disposição apresentar algum defeito que impeça a continuação do (traslado), a CONTRATADA substituirá este, por outro veículo com as mesmas características, seja da sua frota ou de terceiros, sem ônus para a Contratante.

11.16 Os profissionais deverão manter disciplina e cordialidade na execução dos serviços, e caso a contratante constate que o profissional apresentou conduta incompatível, deverá comunicar a CONTRATADA por meio de documento, a fim de promover a substituição imediata do profissional.

11.17 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução da Ata e/ou contrato.

11.18 Comprovar a capacidade de exequibilidade da proposta quando assim solicitado pelo órgão contratante, no tocante ao preço ofertado e as marcas descritas na proposta.

## **12 - DA GARANTIA**

12.1 Todos os itens a serem adquiridos deverão possuir garantia de qualidade, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.





### **13 - DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS**

13.1 Os produtos a serem fornecidos deverão ser novos e sem utilização anterior, originais e de boa qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam sua usabilidade e deverá atender rigorosamente às prescrições estabelecidas na planilha descritiva.

### **14 - DA FORMA DE PAGAMENTO**

14.1 O pagamento será realizado de acordo com a execução dos serviços, devendo o fornecedor proceder à abertura de um processo de solicitação de pagamento protocolado via processo eletrônico através do link: <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/portal/login.aspx>, ou solicitado presencialmente no Setor de Protocolo Geral da PMA, localizado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Aracruz/ES, encaminhando a nota fiscal/fatura para pagamento, que ocorrerá de acordo com as normas legais vigentes do país, devendo além do requerimento para pagamento enviar a seguinte documentação:

- Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciários.
- Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual sede do fornecedor e do Estado do Espírito Santo.
- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede do fornecedor e do Município de Aracruz.
- Prova de Regularidade através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

14.2 No caso de traslado, a nota Fiscal deverá vir acompanhada do relatório das quilometragens utilizadas, relatório de atendimento da empresa, conforme previsto no item 6.9 deste termo, sob pena de não ser aceita para pagamento.

### **15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

15.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após apresentação de nota Fiscal discriminada de acordo com a Ordem de compras e acompanhada comprovante de entrega assinada pelo responsável de fiscalização do contrato.

15.2 O pagamento será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

15.3 Nenhum pagamento será efetuado a Empresa Contratada se a mesma não estiver em dias com suas regularidades fiscal e trabalhista.



## **16. DA REVISÃO DE PREÇOS**

16.1 Os contratos poderão ser alterados nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **17. DA FISCALIZAÇÃO**

17.1 O Contratante fiscalizará a regularidade dos serviços executados, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social de forma a fazer cumprir, rigorosamente as especificações, prazo, proposta e condições para a execução dos serviços.

17.2 Posteriormente, a Secretaria Municipal de Assistência Social designará Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos oriundos do credenciamento.

17.3 A fiscalização é exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e nesta hipótese, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

## **18. DA RESCISÃO**

18.1 Havendo interesse público, o contrato oriundo do credenciamento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, não importando com isso, no pagamento de qualquer indenização à Contratada.

## **19. DA SUBCONTRATAÇÃO**

19.1 É vedada a subcontratação do objeto deste Credenciamento.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. A contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do objeto Termo de Referência, sujeitando-se as penalidades constantes no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

**I – advertência;** por escrito, garantindo o direito da ampla defesa e contraditório.

**II – multa –** nos seguintes casos e percentuais:

a) por atraso injustificadona execução do Contrato /Ordem de Fornecimento até 30 (trinta) dia: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;

b) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;



- c) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- d) recusa do adjudicatário em assinar /receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- e) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta ou sobre a parcela não executada respectivamente.

### **III - impedimento de licitar e contratar;**

- a) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;
- b) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;
- c) por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de até 5 (cinco) dias corridos da data da convocação: até 01 (um) ano;
- d) por inexecução total ou parcial injustificada de Contrato/Ordem de Fornecimento: até 02 (dois) anos.

**IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

20.2 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONTRATANTE deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) Na aplicação da sanção prevista no item 10.1 – I a III, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme Art. 157 da Lei 14.133/2021. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- d) O contratado comunicará à CONTRATANTE as mudanças de endereço ocorridas no curso do de vigência do ajuste, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;



e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a CONTRATANTE proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do contratado que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Município.

g) Da aplicação da sanção prevista no item 10.1 - IV, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.3 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

20.4 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

20.5. A empresa deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no Termo de Referência, sujeitando-se às sanções constantes no Capítulo I da Lei nº 14.133/2021.

20.6. Evidenciada após o devido processo legal a responsabilidade da empresa quanto à inobservância ou inexecução de cláusulas contratuais, ser-lhe-á aplicada a penalidade adequada, prevista em lei específica.

20.7. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior.

20.8. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Administração após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

20.9. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

20.10. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da notificação, que contará da abertura de vista.

20.11. O desatendimento à notificação importa o reconhecimento da veracidade dos fatos e a preclusão do direito pelo licitante, implicando na imediata aplicação da sanção prevista em lei.

20.12. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.



20.13. Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 165, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

20.14. As sanções previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1 Naquilo em que for omissa, o futuro Credenciamento, reger-se-ão pelas Lei nº. 14.133/2021.

21.2 Apesar de a SEMAS ter orçado uma quantidade de serviços, constante no anexo I deste Termo de Referência, a mesma se resguarda no direito de solicitar apenas o que for necessário para o uso.

## **22. DA PUBLICIDADE**

22.1 A administração Municipal deverá publicar a Credenciamento, assim como o contrato, na Imprensa oficial.

## **23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

23.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, consignadas no orçamento vigente:

593 - Código Reduzido

11 - Secretaria de Assistência Social

02 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0023.2.0085 - Concessão de Benefícios Eventuais

3.3.90.39.00-Outros Serviços de Pessoa Jurídica

1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários Exercício Corrente

1.661.0000.0000 - Outros Recursos Vinculados a Assistência Social

Aracruz/ES, 16 de agosto de 2024

Elaborado por:

**Cristiely Bozzi Seri**

**Assistente Social**

**Matrícula 22.168 - CPF 121.983.507-26**



## **APROVAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA -**

### **ORDENADOR DE DESPESA**

**Autorizo e ratifico** a contratação por inexigibilidade de licitação. Aprovo o conteúdo do Termo de Referência. **Declaro** o cumprimento dos incisos I e II do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que a despesa se encontra adequada com a Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e ainda com o Plano Plurianual, estando o presente processo em condições de dar início à aquisição do objeto.

**Rosilene Filipe dos Santos Matos**  
**Secretária Municipal de Assistência Social**  
**Decreto nº 44.788 de 11/08/2023**





**ANEXO I**  
**PLANILHA DESCRITIVA**

	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA A SER ADQUIRIDA	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
01	URNA MORTUÁRIA (TAMANHO NATIMORTO): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS FÚNEBRES COM FORNECIMENTO DE URNA FUNERÁRIA, DO TIPO PADRÃO (SIMPLES) SEM ESTAMPA, COM VISOR E ALÇA DURA, VIRA COM FORRO INTERNO EM TNT BRANCO, COM FLORES NATURAIS E HIGIENIZAÇÃO DE CORPOS.	SV	60 SERVIÇOS	R\$ 702,62	R\$ 42.157,20
02	URNA MORTUÁRIA (TAMANHO INFANTIL): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS FÚNEBRES COM FORNECIMENTO DE URNA FUNERÁRIA, DO TIPO PADRÃO (SIMPLES) SEM ESTAMPA, COM VISOR E ALÇA DURA, VIRA COM FORRO INTERNO EM TNT BRANCO, COM FLORES NATURAIS E HIGIENIZAÇÃO DE CORPOS.	SV	50 SERVIÇOS	R\$ 805,78	R\$ 40.289,00
03	URNA MORTUÁRIA (TAMANHO JÚNIOR): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS FÚNEBRES COM FORNECIMENTO DE URNA FUNERÁRIA DO TIPO PADRÃO (SIMPLES) SEM ESTAMPA, COM VISOR, COM ALÇA DURA, VIRA COM FORRO INTERNO EM TNT BRANCO, ORNAMENTAÇÃO COM FLORES NATURAIS E HIGIENIZAÇÃO DE CORPOS.	SV	50 SERVIÇOS	R\$ 805,78	R\$ 40.289,00
04	URNA MORTUÁRIA (TAMANHO ADULTO): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS FÚNEBRES COM FORNECIMENTO DE URNA FUNERÁRIA DO TIPO PADRÃO (SIMPLES) SEM ESTAMPA, COM VISOR, COM ALÇA DURA, VIRA COM FORRO INTERNO EM TNT BRANCO, COM FLORES NATURAIS E HIGIENIZAÇÃO DE CORPOS.	SV	300 SERVIÇOS	R\$ 1.165,12	R\$ 349.536,00
05	URNA MORTUÁRIA (TAMANHO ADULTO GORDA): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS FÚNEBRES COM FORNECIMENTO DE URNA FUNERÁRIA DO TIPO PADRÃO (SIMPLES) SEM ESTAMPA, COM VISOR, COM ALÇA DURA, VIRA COM FORRO INTERNO EM TNT BRANCO, COM FLORES NATURAIS E HIGIENIZAÇÃO DE CORPOS.	SV	10 SERVIÇOS	R\$ 1.128,98	R\$ 11.289,80
06	URNA MORTUÁRIA (TAMANHO BALEIA): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS FÚNEBRES COM FORNECIMENTO DE URNA FUNERÁRIA DO TIPO PADRÃO (SIMPLES) SEM ESTAMPA, COM VISOR, COM ALÇA DURA, VIRA COM FORRO INTERNO EM TNT BRANCO, COM FLORES NATURAIS E HIGIENIZAÇÃO DE CORPOS.	SV	10 SERVIÇOS	R\$ 1.358,33	R\$ 13.583,30
07	CONSERVAÇÃO CADAVERICA COM APLICAÇÃO DE FLUÍDO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CORPO.	SV	480 SERVIÇOS	R\$ 692,09	R\$ 332.203,20
08	SERVIÇO DE TRANSLADOS PARA ENVIO AO SVO, QUANDO NECESSÁRIO; E DEMAIS TRANSLADOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DO FUNERAL E SEPULTAMENTO, NUM LIMITE DE 220KM POR FUNERAL (IDA E VOLTA). Obs: O translado aplica-se apenas para dentro do Estado e o sepultamento no município de Aracruz.	quilômetro	100.000 KM	R\$ 3,21	R\$ 321.000,00
<b>TOTAL R\$ 1.150.347,50</b>					



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3500350032003700370033003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **CRISTIELY BOZZI** em 16/08/2024 11:14

Checksum: **D95EB4F29EA643E629044DD3FC7D5C81F0B0F303D926448F2D6FDCBB6CBA3E62**

Assinado eletronicamente por **Rosilene Filipe Dos Santos Matos** em 16/08/2024 11:33

Checksum: **B4FB39E5087F32C3FA655F512C7EEDCE619B1557609EF30D81FD6456C7EFBB1E**



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3500350032003700370033003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.